



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 29 DE NOVEMBRO DE 1995

Senhor Ministro José Eduardo Andrade Vieira; Senhor Ministro Clóvis Carvalho; Senhores Líderes; Deputado Rigotto, Líder do Governo no Congresso; Senador Jonas Pinheiro; Senhores Senadores, que, numerosos, estão aqui presentes; Deputado Hugo Biehl, que é o Representante da Frente Parlamentar da Agricultura; Deputado Abelardo Lupion; Senhores Deputados, que aqui se encontram; Senhoras; Senhores,

Ontem, eu tive a oportunidade de assinar um conjunto de medidas na área de telecomunicações. Medidas importantes, que mostram a força do Brasil e mostram um horizonte de investimentos, um horizonte de confiança no Brasil e de crescimento econômico.

Hoje, estou aqui assinando uma medida que tem um sentido muito profundo, na mesma direção – sentido do restabelecimento da crença de todos nós, do nosso país e em cada um de nós.

Problemas existem muitos. Quem não o sabe? O que hoje não falta é coragem e decisão para enfrentá-los. Não é que não falte a mim – não falta a mim, tampouco –, mas não falta ao Congresso Nacional.

Eu passei 12 anos no Congresso, como Senador. Participei,ativamente, de momentos bastante expressivos da história brasileira. Vi o Congresso em momentos de grande dificuldade e, também, de grande regozijo. Eu posso lhes assegurar que, a despeito de ter sido membro da Assembléia Nacional Constituinte e Líder do partido no Senado – PMDB, na época, e, depois, PSDB –, de ter sido, numa fase, Relator-Adjunto da Constituição, mesmo naquela ocasião, ocasião difícil, havia um entrechoque tão grande de opiniões, e não se viu um Congresso capaz de dirimir divergências como o Congresso atual.

É um depoimento de cidadão – de cidadão que já tem uma longa vida pública – que eu quero deixar registrado.

O Ministro Andrade Vieira se referiu ao fato de que nós temos encaminhado essas questões difíceis com absoluto respeito ao ponto de vista de cada um, debatendo, divergindo, buscando a convergência e buscando uma decisão racional e justa. E o Congresso tem tomado parte ativa nessas transformações do Brasil.

Ontem, eu agradecia ao Congresso no que diz respeito aos avanços que foram feitos na área da telefonia. Hoje, o Brasil todo sabe que o diálogo muito ativo entre entidades de classe, Congresso e Governo resultou nesse entendimento.

Vejam os senhores que, há poucos anos, quando se falasse em destinar 10 bilhões de reais para um setor da agricultura, viria imediatamente a crítica: “Mais uma vez, o Tesouro pagando pelos desmandos da agricultura.” Não é o que ocorre hoje. Por quê? Porque, agora, o Brasil sabe o porquê das coisas. E sabe por que nós discutimos abertamente. Sabe que não há aqui nenhum ânimo de proteger quem quer que seja, a não ser o Brasil, a não ser o trabalhador brasileiro, a não ser o empresário que, de fato, está trabalhando na agricultura brasileira.

Foi com esse espírito que nós construímos essa saída. Saída difícil – quem há de negar? –, que exigiu sacrifícios, é verdade, exigiu sacrifícios de cada um dos milhares, dos milhões de pessoas que trabalham no campo; perdas, é verdade, que vão exigir, ainda, que o Governo se acomode a essa situação e busque recursos, é verdade. Mas o rumo, o rumo está traçado. O objetivo é a prosperidade. O objetivo é permitir que

aqueles que trabalham encontrem a recompensa devida no fruto do seu trabalho e que haja, progressivamente, condições de um financiamento mais adequado.

Eu agradeço aos agricultores mais uma vez, a seus representantes, tanto do setor patronal quanto do setor dos trabalhadores, como a Contag. Agradeço aos líderes do Congresso, porque, na verdade, nós estamos enfrentando, juntos, um programa de estabilização que, como eu disse no meu discurso de posse, muda o Brasil. Muda. O que muda não é um ato isolado, nem meu e nem de ninguém. É de todos nós. Mas nós estamos mudando as bases da convivência nacional dentro da democracia, acertando problemas muito difíceis de terem um encaminhamento correto.

E, para isso, nós precisamos, primeiro, ter o diagnóstico da situação. Depois, competência para enfrentar as dificuldades. Competência técnica. Aqui já foram nomeados aqueles que mais diretamente se empenharam nesse processo. E o Pedro Parente, com quem eu “brigo” sempre, tornou-se mais um líder agrário e contou, sempre, com a cooperação do Mendonça de Barros e com a cooperação de todos aqueles que, no Ministério da Agricultura – desde o Ministro, mas expressa, no dia-a-dia, pelo Guilherme Dias –, entenderam a questão.

Ninguém sabe de início. É preciso que a gente tenha humildade para discutir, para aprender e para entender a razão das demandas. É preciso que quem esteja demandando entenda, também, as razões da impossibilidade momentânea de uma solução mais rápida. Isso só se consegue quando os dois lados estão entendendo que a vontade política existe.

Agradeço a eles. Agradeço ao Ministro José Eduardo, que teve uma virtude rara em quem exerce essa difícil posição de ser Ministro da Agricultura. O mais fácil para o Ministro da Agricultura é organizar a classe contra o Governo. É não entender a razão do setor econômico e brigar pela justa demanda do setor agrícola. É justa a demanda, mas é preciso que haja o entendimento das limitações do setor econômico. O Ministro José Eduardo serviu de elo entre esses dois lados. E eu agradeço a ele a compreensão disso, porque é assim que se constrói, realmente, uma política consequente.

O fato é que nós precisávamos fazer o que estamos fazendo: criar um clima em que a boa-fé prevalece sobre o julgamento de intenções, a boa-fé de saber que aquele que está pedindo na agricultura é porque precisa; a boa-fé de acreditar que, quando o técnico está colocando alguma objeção, é porque ele está convencido da objeção; e a vontade política de, a despeito disso, criar condições para tornar realizável aquela demanda, que é justa.

Isso está ocorrendo no Brasil, em vários setores, porque, como eu disse, nós estamos realizando uma transformação de rumos no País. Não se trata só de estabilizar a moeda. Já estabilizamos a moeda. Já são dezoito meses. Eu cansei de ouvir, durante a campanha eleitoral, que era um plano eleitoreiro. Dezoito meses, a inflação sob controle. Porque foi feito com competência, foi feito com dedicação, foi feito com firmeza, com coragem.

Mas, para que isso ocorresse, muitas precondições tinham que ser criadas. Foi preciso negociar a dívida externa, coisa que fizemos. Foi preciso criar, também, um clima de confiança no País, para que voltassem a crer naqueles que tomam as decisões econômicas, para que não enganassem o País, para que ninguém fosse tomar o recurso que está no banco e, no dia seguinte, não tivesse mais o recurso, porque houve uma poupança forçada ou houve uma expropriação disfarçada.

Foi preciso criar essas condições. Foi preciso abrir a economia, que já vinha sendo aberta adiante. E aberta um pouco apressadamente, em certo momento, com consequências imensas. Aberta a economia – como, ainda ontem, pude conversar com os representantes da bancada do PFL de Minas Gerais, em minha casa, no Palácio da Alvorada, na casa do Presidente –, foi preciso mostrar ao Brasil que este é o modo pelo qual, no mundo de hoje, os países se organizam. Eles convivem, abrindo suas economias.

Eu vou à China dentro de poucas semanas. A China, o que fez? Abriu a economia. Cuba está abrindo a economia – para me referir aos países que mais resistência tiveram a esse novo espírito.

Aqui, no Brasil, nós dobramos o fluxo de comércio internacional, nos dois sentidos, exportação e importação: *grosso modo*, de 50 bilhões

de reais ou de dólares para 100 bilhões de dólares. Estamos nos aproximando de 100 bilhões de dólares. Em poucos anos. Em três, quatro anos. E não foi em detrimento das exportações. Neste segundo semestre, nós batemos todos os recordes históricos de exportação do Brasil. Todos. Mês a mês. E, se não tivéssemos feito isso, nós teríamos perdido a corrida para o próximo milênio, que vai ser dos competentes, dos organizados, dos capazes, dos que discutem abertamente e dos que têm a coragem de tomar decisões duras.

Nós fizemos isso no Brasil. O Brasil sofreu um impacto imenso desse processo todo. A agricultura sofreu nesse processo. Sofreu consequências, independentemente do desejo do Governo e da falta ou dos erros dos produtores. Sofreu, depois, com as crises, já sabidas, da taxa de juros e do câmbio, que são explicáveis, *in generis*, mas não são compreensíveis para cada um dos que sofrem os efeitos. E o Governo tem que entender isso e tem que corrigir, porque sabe que os efeitos não foram nem desejados, nem podem ser atribuídos à responsabilidade daqueles que estão pagando os preços.

Essa ampla acomodação vem do fato de que, sem inflação, vêm a nu as nossas dificuldades. Os Governos têm o mesmo problema. Os senhores são parlamentares e muitos dos que estão aqui sabem que antes era tão fácil fechar as contas, era tão fácil dar aumento de salário, porque era mentira. Eu disse tantas vezes, quando era Ministro da Fazenda, que pedi veto a aumentos mentirosos. Dar 30, 40, 50%, em três meses! E está no negativo. Mas agora, não. Agora, deu 10%, é real. Deu 5%, é real. Deu 3%, é real. Deu 20%? Não tem de onde tirar. Não tem de onde tirar porque a sociedade não está disposta a pagar mais 20% de impostos em termos reais. E estoura o orçamento.

O que é que está fazendo o Governo da República? Tratando de fazer o que estamos fazendo com a agricultura, com os governadores de estado, porque eles também estão numa situação semelhante. Muitas vezes, não têm responsabilidade nenhuma os atuais. Alguns do passado tinham. Mas não individual. Era a inflação que enlouquecia tudo, que fazia com que a medida de valor desaparecesse. Então, o que, de repente, era antes fácil de resolver com inflação, hoje, torna-se uma dívida

insolvável. A menos quê? A menos que o Governo Federal tenha a compreensão e que o Governo estadual também tenha e que, juntos, busquemos uma solução que implica vender patrimônio, sim, mas que implica, também, que o Governo Federal crie as condições de securitização, como estamos criando aqui.

Perdoem se explico coisas mais amplas. Mas eu acho que é parte do nosso êxito nacional, do Brasil, o fato de nós, hoje, entendermos melhor a natureza das questões, para que nós julguemos as decisões não em função do impulso, ou do preconceito, ou do interesse privado, particular, por mais legítimo que seja, mas em função dos objetivos nacionais, em função da certeza, que nós todos temos, de que o Brasil encontrou o rumo e que esse rumo vai ser palmilhado por nós.

É o que está acontecendo na agricultura. É pouco ainda. Nós precisamos plantar mais. Não posso pedir que a classe agrícola, neste primeiro ano de meu Governo, responda de imediato, porque ela está se acomodando a essa situação e porque nós, também, estamos agora mostrando a nossa boa-fé e criando as condições para que eles possam saldar seus débitos e possam começar a divisar um horizonte.

Mas, daqui para frente, nós temos que pensar em crescimento. Nós temos que pensar em aumentar a produtividade. Nós temos que fazer a reforma tributária para, realmente, baixar-se o custo do insumo agrícola. Nós temos que criar condições de financiamento que não recaiam no Tesouro. Daí a cédula rural. Nós temos, sim, que estar atentos à taxa de juro possível, mesmo quando negativa, como é o caso agora, porque é necessário, em certos momentos, para restabelecer o equilíbrio financeiro de todo o setor. E temos que não descuidar do pequeno produtor, da agricultura familiar, da questão dos assentamentos rurais, da reforma agrária — disso eu não vou desistir nunca, porque é o conjunto dessas medidas que permite que, realmente, o Brasil dê o salto necessário para que nós tenhamos um grande país para o povo também, não só para as suas elites dirigentes.

Vamos continuar nessa trilha. E vamos continuar como temos feito: abertamente discutindo com o Congresso, sem cessar, sem desanimar. Mesmo relevando uma ou outra palavra, ou frase, dita no calor do

embate parlamentar, porque o Presidente conhece o embate parlamentar e nunca se põe como pessoa nas discussões que lá se travam, porque entende que, no calor da refrega, de repente, uma palavra solta aqui, outra solta ali podem dar a impressão de que há uma animosidade insuperável, quando há, muitas vezes, uma pequena irritação momentânea, que tem que ser corrigida no curso da História.

Não vamos nós cair na armadilha, muitas vezes, de uma palavra que foi dita ao azar e que, de repente, dá uma conotação de que estão todos contra: "Não vai aprovar. Não vai não-sei-quê." Não vai acontecer nada disso. Vamos nos entender. E vamos chegar àquilo que dá alegria.

E alegria, eu tive hoje, Senhores Deputados, Senhores Senadores, Senhores Líderes, porque eu assinei uma lei que não é minha: é nossa. É uma lei que foi discutida, que foi mastigada. Essa lei é do Brasil! (*Palmas.*) É por isso que, agradecendo as palmas que estão me dando, eu digo: as palmas são para cada um dos que aqui estão, pelos muitos que aqui não estão, muitos que estão lá na terra, trabalhando. Eu só quero uma coisa: que continuem acreditando. Vamos plantar!

Eu não vou dizer *slogans*. Vamos confiar, mas vendo se realmente o Governo está avançando. Na medida em que o Governo for avançando, vamos plantar mais. Vamos produzir mais. Vamos exportar mais. Vamos distribuir melhor a renda. E vamos, sempre, Congresso e Executivo, discutir, mas juntos. Que cada lei que eu assine seja fruto desse entendimento, e não de uma imposição, nem de um lado, nem de outro. É tudo o que eu desejo.

Muito obrigado.